

"Novos caminhos tipológicos residenciais"

infohabitar, Ano V, n.º 271

Novos caminhos tipológicos residenciais

António Baptista Coelho



Fig. 01: as bandas contínuas de unifamiliares do pequeno Bairro do Telheiro, C. M. de Matosinhos, Arq. Manuel Correia Fernandes.

Caminhos qualitativos das tipologias residenciais

Será de uma aprofundada e diversificada união entre espaços exteriores urbanos e residenciais funcionais e caracterizados/estimulantes e soluções edificadas igualmente funcionais e caracterizadas/estimulantes que resultarão as soluções habitacionais humanizadas e bem desenhadas de que todos precisamos e de que a cidade de hoje precisa; e esta matéria exemplifica-se bem seja com exemplos da cidade tradicional – ex., pequenas ruas “habitadas” pelas portas dos fogos, dando para as salas das casas; pátios e largos residenciais que são verdadeiramente extensões mútuas e “pontos de encontro” dos mundos urbanos e domésticos –, seja com exemplos retirados da diversificação tipológica que foi marcando o século XX, só que quase sempre esquecida pela voragem da doentia repetição de maus projectos-tipo cegos relativamente ao enorme e viável potencial tipológico que é possível em vizinhanças de proximidade predominantemente públicas e em conjuntos de espaços comuns, que mutuamente constituam sequências de acessibilidade e de estadia e agregados de ambientes residenciais que se fundam positivamente na continuidade urbana, vitalizando-a pela sua presença específica e pelas actividades associadas e induzidas.



Fig. 02: os simples com duplex sobrepostos na gala, Figueira da Foz, dos arquitectos Duarte Nuno Simões e Nuno Simões

Urgente aprofundamento e diversificação das tipologias residenciais

As tipologias residenciais – consideradas numa perspectiva que abarca toda a área desde o micro-urbanismo à “celula-alojamento” e em articulação com o objectivo de se promoverem condições crescentes de alargada satisfação residencial – têm um campo muito amplo de diversificação e têm potencialidades, quer ao nível do desenho da arquitectura urbana e da respectiva imagem urbana, quer ao nível da integração física e paisagística, quer ao nível da adequação aos modos de vida, do uso da casa e do uso do Bairro e da cidade. Não há tipologias a descartar, há, sim, tipologias mais, ou menos, adequadas; e há aqui um riquíssimo campo para o aprofundamento da qualidade do projecto arquitectónico, num repensar de funcionalidades domésticas e de relacionamentos urbanos e num judicioso “construir no construído”, ligado à regeneração de espaços urbanos e edificados.

Pode dizer-se que muito de tudo isto tem a ver com um jogo de agregação tipológica com sentido amplo, que privilegia o micro-urbanismo e a flexibilidade na conjugação entre células habitacionais – inovação esta muito ligada aos possíveis serviços comuns –, elas próprias também potencialmente muito diversificadas, adaptáveis e mutantes.

Em todas estas matérias de uma fundamentada e coerente adequação e inovação tipológica e da consideração efectiva de uma grande diversidade de soluções residenciais completas – que vão da casa á vizinhança urbana – são evidentes as vantagens disponibilizadas pela promoção cooperativa

habitacional, designadamente, quando esta se encontra estruturada por objectivos afins associados à participação dos habitantes, á boa integração urbana e, tal como acontece actualmente, às matérias da sustentabilidade, uma situação que caracteriza, actualmente, em Portugal as cooperativas que integram a Federação Nacional de Cooperativa de Habitação Económica, que, aliás, registaram estas intenções práticas na recente Carta da Qualidade da Habitação Cooperativa (2006).

Importa salientar que, cada vez mais, há diversos modos de vida e que, como resposta, tem de haver, cada vez mais, uma maior diversidade de oferta tipológica residencial; opção esta que constitui, sublinha-se, um específico e importante factor de sustentabilidade no habitar da casa e da cidade. E é de grande importância esta disponibilização de formas diversas de habitar a casa e a cidade, afastando-se o fantasma do modelo único de habitar e desenvolvendo-se tipologias que prolonguem o exterior público, mas também o exterior caracterizadamente comum e potencialmente convivial; tipologias criadoras de pequenas e orgânicas partes de cidade, bem acabadas e afectuosas, e tipologias verdadeiramente criadoras de pequenos mundos privados e domésticos; e para tudo isto é fundamental o bom desenho de arquitectura, aquele que pode, de facto, ajudar a dar mais felicidade às pessoas.

Nesta matéria das tipologias habitacionais as lições de arquitectura de Hertzberger (Herman Hertzberger, “Lições de Arquitectura”) são fundamentais, pois ele traça uma linha de concepção dos espaços residenciais extremamente ligada à pormenorização coerente e fundamentada da casa, do edifício e da rua/zona de proximidade, privilegiando a humanização do habitar e sublinhando aspectos verdadeiramente “construtores” de tipologias e de variações tipológicas residenciais, e designadamente: a estimulante diversificação funcional e de imagem dos limiares de acesso aos fogos; as vistas estratégicas sobre o exterior e sobre o interior; o afirmado e diversificado reforço funcional do que pode acontecer, de positivo, nos espaços comuns; a consideração específica do apoio a determinados grupos socioculturais e etários, mas sempre numa perspectiva de máxima integração em vizinhanças naturalmente diversificadas; e claro reforço das condições que propiciam conforto ambiental e de uso no exterior e em zonas de transição interior/exterior, integrando-se aqui aspectos de predominância pedonal; e o sensível e cuidadoso reforço das condições que propiciam o convívio natural na vizinhança.



Fig. 03: uma vizinhança em Malmö, coordenada por Charles Moore.

No edifício: dos espaços e serviços comuns às habitações adaptáveis

Ao nível das soluções práticas de auto-organização de habitantes num dado edifício ou complexo edificado há que sublinhar que é muito grande o leque de serviços e de actividades que são difíceis, caras ou mesmo quase impossíveis de proporcionar exclusivamente a cada fogo; há aqui, assim, um grande potencial de adequação e, mais uma vez, se evidencia que um tal leque de soluções fica muito deficientemente representado numa perspectiva quantitativa, pois a dimensão, o carácter e o equipamento dos espaços comuns variará consoante os objectivos de cada solução.

Não é aqui o sítio de se fazer desenvolvimento desta matéria mas, sinteticamente, há que estudar e aprofundar a vocação comum e mesmo, eventualmente, colectiva do edifício multifamiliar, consubstanciando-a em zonas e funções específicas, que se tornem verdadeiramente aliadas dos espaços domésticos e geradoras de uma vida própria, mas sem quaisquer indícios de estímulo “obrigado” ao convívio e ao uso de ... e é interessante anotar aqui as pontes de contacto

Também não é aqui o sítio para abordar a amplitude da adaptabilidade doméstica, mas sublinha-se que ao nível do espaço doméstico o campo da adaptabilidade passiva e activa oferece desde uma flexibilidade quase total de compartimentação ao desenvolvimento de fogos apropriados a determinados grupos de habitantes particularizados e mesmo a soluções

profundamente marcadas pelos mundos pessoais de cada um de nós. E não é possível deixar aqui de referir que esta matéria é mais uma daquelas em que a menor objectividade não é problema, antes pelo contrário.

Há aqui, portanto, um léxico de “pequenos” elementos de composição do habitar que podem ser os verdadeiros protagonistas da composição de variadíssimas tipologias de habitar – e atente-se no sublinhado –, como se dos fogos e de uma sua aturada pormenorização passássemos, por exemplo, para a rua, a praceta, o pequeno quarteirão, sem uma nota de importância especial para o edifício; fica, assim, de pé, a ideia de certa forma concretizadora da importância dos espaços privados e públicos e de algum eventual apagamento dos espaços colectivos, a não ser que estes tenham condições de assumir um verdadeiro protagonismo formal e funcional, seja “para baixo”, ao nível doméstico, em termos suplementares ao que é disponibilizado dentro de casa, seja “para cima”, e um “para cima” que tem sempre de ter uma dupla valência, por presença no nível de vizinhança e no nível especificamente mais urbano, atribuindo-se aos espaços e eventuais equipamentos comuns matérias funcionais e representativas que se casem muito bem com aqueles níveis, designadamente, em zonas de transição e de limiar, que podem constituir verdadeiros elementos protagonistas na construção de novas ou renovadas tipologias residenciais e urbanas.

Mas nesta matéria, e tal como se tem aqui apontado, há também que equacionar de forma activa o desenvolvimento de soluções tipológicas de habitar em que as células residenciais individualizadas e mutuamente bem agregadas se ligam de forma directa, ou apenas minimamente graduada, ao espaço urbano de vizinhança – mais afectivo – e ao espaço urbano mais efectivo. Soluções estas que podem até manter intensas características de um habitar unifamiliar. E muito disto é possível em soluções construtivamente racionalizadas e eficazmente densificadas, que cumpram um importante papel urbano de colmatação, preenchimento e vitalização/regeneração da cidade.

Fica, para já, apontada a enorme riqueza de um tão amplo e diversificado leque de soluções em termos de potencial de adequação a uma grande diversidade de modos e desejos de vida residencial e urbana, assim como de potencial funcional e formal em termos de desenho de arquitectura urbana – e neste aspecto particular não resisto a comentar que os novos processos de projecto e de visualização do projecto apoiam muito claramente este caminho de trabalho e permitem que promotores e habitantes possam ser

razoavelmente exigentes em termos da qualidade arquitectónica, residencial e urbana que é desenvolvida.

Tudo isto terá também, naturalmente, muito a ver com as novas formas de habitar (e as novas formas de cidade/bairro): por exemplo a habitação assistida, o trabalho habitado; a casa escritório. E em tudo isto se sublinha a grande importância da adaptabilidade, do conforto, da densidade e da verdadeira adequação a diversas situações, desejos e necessidades habitacionais; e há ainda o verdadeiro suplemento de alma e reserva de apoio à concepção, proporcionada pelas cidades e casa da imaginação, da ficção, do futuro.

De certa forma é possível afirmar que há que pensar muito menos em tipos de edifícios e muito mais em tipos de fogos, tipos de agregação de fogos e tipos de vizinhanças vivas e cidadinas; um pensamento mais “elementar” e, novamente, mais qualitativo, pois reduzem-se as “muletas” da tipificação edificada e fica o que realmente interessa: o mundo privado, o mundo de vizinhança e o mundo urbano.

Está realmente “na hora” de se re-equacionarem funcionalidades e caracterizações domésticas e nestas e em outras matérias é vital uma acção tipológica fundamentada, que há que aprofundar, designadamente, através da disponibilização de amplos menus em termos de grandes caminhos de soluções residenciais e urbanas, menus estes bem apoiados em exemplos concretos e significativos, tanto actuais como referidos a muitos casos da nossa história da arquitectura do habitar.

Infohabitar, Ano V, n.º 271

Editor: Grupo Habitar

Coordenador editorial: António Baptista Coelho

Lisboa, Encarnação – Olivais Norte, 9 de Novembro de 2009

Edição de José Baptista Coelho

Etiquetas: [40 anos do nau](#), [arquitectura](#), [habitação](#), [tipologias residenciais](#), [tipos de edifícios](#), [urbanismo](#)